

DFD, ETP e TR – Passo a passo para compras e serviços

24 e 27 a 31 de janeiro
carga horária: 24 horas



Área temática

Planejamento

Prepare-se para um planejamento eficiente das contratações públicas e domine com precisão os conteúdos e as informações necessárias para a elaboração do DFD, do ETP e do TR.

A seguir, conheça o **PROGRAMA COMPLETO!**

O curso

Entre as novidades mais relevantes da Lei nº 14.133/2021, estão a importância da governança das contratações e o detalhamento sobre as providências e os documentos da fase preparatória (de planejamento) das contratações públicas. Essas alterações geraram uma série de desafios concretos para setores e agentes públicos responsáveis pelas contratações.

Preparamos um curso completo para tratar de documentos de governança (como Plano de Contratações Anual e o Plano de Logística Sustentável), assim como dos principais documentos do planejamento de cada contratação. Exploraremos passo a passo a elaboração do Documentos de Formalização da Demanda (DFD), do Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme a Instrução Normativa nº 58/2022, e do Termo de Referência (TR), de acordo com a Instrução Normativa nº 81/2022. Além disso, vamos destacar melhores práticas e resolver casos concretos, sempre com especial atenção aos entendimentos do TCU.

Todo o conteúdo do curso é fundamentado na Lei nº 14.133/2021, com ênfase às suas novidades e alterações. Além disso, examinaremos os novos atos normativos já em vigor, como as Instruções Normativas nº 58/2022, nº 81/2022 e nº 65/2021, o Decreto nº 10.947/2022 e a Portaria nº 8.678/2021.

Ao participar deste curso, você não apenas dominará o planejamento e a elaboração do DFD, ETP e do TR de acordo com o novo regime das contratações públicas, mas também estará preparado para enfrentar os desafios que surgem nessa fase.

Garanta já sua vaga e dê o próximo passo rumo à excelência nas contratações públicas!

Quem **deve participar** desta capacitação:



- **Profissionais das áreas requisitantes**
- **Equipe de planejamento e Departamento de compras e licitações**
- **Pregoeiros e equipes de apoio**
- **Agentes de contratação**
- **Membros de licitação**
- **Assessores, procuradores jurídicos e advogados**
- **Auditores**
- **Controles interno e externo**
- **Agentes públicos envolvidos na fase preparatória/planejamento de compras e serviços**

Motivos para participar

Preparar as contratações com mais segurança e eficiência.

Dominar as melhores práticas para afastar contratações ineficientes e apontamentos dos órgãos de controle quanto à fase de planejamento.

Conhecer o conteúdo e as informações que devem estar previstos no PCA, no DFD, no ETP e no TR.

Aplicar as boas práticas para a inclusão da gestão de riscos nas contratações de compras e serviços.

Entender as etapas, os documentos e as decisões da fase de planejamento das compras e das contratações de serviços de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e os novos normativos editados.

Interpretar os principais entendimentos do TCU e do Judiciário sobre o tema e que podem orientar a aplicação da nova Lei de Licitações.

Compreender as novidades da Lei nº 14.133/2021 sobre o planejamento das contratações e os documentos que devem ser produzidos nessa fase, com destaque para as INs nº 58/2022, nº 81/2022 e nº 65/2021, entre outros normativos sobre o tema.



Os professores *Currículos descritivos na próxima página.*



**José Anacleto
Abduch Santos**



**Ricardo Alexandre
Sampaio**



**Rodrigo Vissotto
Junkes**

José Anacleto Abduch Santos

Procurador do Estado do Paraná. Advogado especialista em contratações públicas. Mestre e doutor em Direito Administrativo pela UFPR. Professor de Direito Administrativo do Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba). Exerceu cargos e funções de Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Estado do Paraná; Procurador-Geral do Estado Substituto; Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública da UniBrasil; Presidente dos Conselhos de Administração e Fiscal da Parana Previdência; e Presidente de Comissões Especiais e Permanentes de Licitação no Estado do Paraná.

Ricardo Alexandre Sampaio

Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação das Soluções Zênite e da Equipe de Consultores Zênite. Coautor da obra *Dispensa e inexigibilidade de licitação: aspectos jurídicos à luz da Lei 14.133/2021* (Forense, 2022). Colaborador da obra *Lei de licitações e contratos anotada* (6. ed. Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.

Rodrigo Vissotto Junkes

Advogado. Doutorando em Direito pela UBA. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela UNIVALI. Especialista em Direito Administrativo e em Direito Civil. Consultor na área de licitações e contratos. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Participante do Observatório Nacional de Políticas Públicas e de cursos no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

É possível acessar o descritivo completo com o currículo dos professores no *site* desta capacitação. Acesse em: www.zenite.com.br

Agenda da capacitação



Data:

**24 e 27 a 31
JAN**

Carga Horária:

**24
horas**
(14h às 18h)*

Replay:

**por até
07
dias**

* **PERGUNTAS & RESPOSTAS:** Ao final de cada aula será destinado um tempo para troca de ideias e solução para as dúvidas enviadas via *chat*.



Programação completa



Aula 1 • Dia 24, das 14h às 18h

Professor: **José Anacleto Abduch Santos**

FASE PREPARATÓRIA/PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E SUA IMPORTÂNCIA

- Governança das contratações – Responsabilidade da alta administração – Novidades da Portaria Seges/ME nº 8.678/2021
- Importância dos documentos e das providências do planejamento conferida pela nova Lei
- Planejamento estratégico
- Plano de Logística Sustentável (PLS) – O que é, conteúdo e finalidade
- Plano de Contratações Anual (PCA) e a Portaria Seges/ME nº 8.678/2021 – O que é, conteúdo, finalidade e prazos
- Macroprocesso de contratação – As três fases do processo de contratação pública e a importância de uma visão sistêmica e coordenada
- Etapas e documentos do planejamento – DFD – ETP – Gerenciamento de riscos – TR

- Modelos de minutas e a possibilidade de adoção das minutas do Executivo Federal por todos os entes federativos
- Órgãos de administração de materiais e de serviços e os instrumentos para a centralização dos procedimentos
- Compras compartilhadas como diretriz da nova Lei – Vantagens e cautelas
- Agentes públicos envolvidos no planejamento (requisitante, equipe de planejamento e demais agentes) e as novidades do Decreto nº 11.246/2022
- Segregação de funções – Quem atua no planejamento pode atuar no julgamento e na execução do contrato?
- Responsabilização por ações e omissões – LINDB e erro grosseiro e a disciplina da Lei nº 14.133/2021

DOCUMENTOS DO PLANEJAMENTO – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)

Documento de Formalização da Demanda (DFD)

- Objetivo
- Conteúdo
- Responsáveis
- DFD para elaboração do PCA e DFD da fase preparatória da contratação – O que difere?



Aulas 2 e 3 • Dias 27 e 28, das 14h às 18h

Professor: **Rodrigo Vissotto Junkes**

DECISÕES FUNDAMENTAIS DO PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) E GESTÃO DE RISCOS

ENFOQUE APLICADO: NO DECORRER DA APRESENTAÇÃO, SERÃO ANALISADAS CLÁUSULAS DE MODELOS DE ETP

Estudos técnicos preliminares (ETP) de acordo com a IN n° 58/2022

- O que é ETP e qual sua importância?
- ETP digital
- Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)
- Departamento/agentes responsáveis
- Identificação e justificativa da necessidade
- Requisitos técnicos da contratação
 - O que pode ou não ser exigido?
 - Participação fundamental da área técnica/requisitante
- Levantamento das soluções disponíveis no mercado
- Identificação de novas metodologias, tecnologias ou inovações
- Práticas de sustentabilidade – O que pode e o que deve ser exigido e as boas práticas a serem adotadas
- Justificativa da escolha entre compra e locação
- Realização de consulta/audiência pública
- Descrição da solução como um todo, considerando o ciclo de vida do objeto
- Quantificação do objeto
- Parcelamento ou agrupamento do objeto em lotes
- Alinhamento com o Plano de Contratações Anual
- Avaliação de contratações anteriores e lições aprendidas

- Viabilidade da contratação
- Elementos mínimos obrigatórios e elementos dispensáveis do ETP
- Objetos/situações que dispensam a elaboração de ETP
- Estimativa, pesquisa e levantamento dos preços no mercado
- Pesquisa de preços no ETP e no TR – Diferença e cautelas
- Falta ou falhas no ETP e as consequências

Especificidades do ETP para terceirização

- Atividades que podem e que não podem ser terceirizadas – Tratativa do Decreto nº 9.507/2017, da IN nº 05/2017 e da Lei nº 14.133/2021
- Serviços com e sem dedicação exclusiva de mão de obra
- Unidades de medida, quantificação dos serviços contínuos e reunião de serviços distintos em uma mesma licitação ou em um mesmo lote
- Percentual mínimo de mão de obra constituído por mulheres vítimas de violência doméstica e egressos do sistema prisional

Especificidades do ETP para aquisição de bens

- Aquisição de bens de consumo e de luxo – Disciplina do Decreto nº 10.818/2021
- Como garantir a qualidade?
- Prova de qualidade do produto: cumprimento de normas técnicas, certificação, protótipo, amostra, carta de solidariedade, indicação e vedação de marca – Novidades da Lei nº 14.133/2021

Gerenciamento de riscos

- Planejamento sob a perspectiva da gestão de riscos e a Lei nº 14.133/2021
- No que consiste o gerenciamento de riscos?
- Identificação do risco, probabilidade e impacto, definição de ações preventivas e de contingência e definição de responsáveis
- Mapa de riscos, matriz de riscos e cláusula contratual de compartilhamento/alocação de riscos nas compras e nos serviços – Diferenças, conteúdo e quando utilizar cada um dos instrumentos
- Revisão do mapa de riscos e sua utilização como importante mecanismo de gestão contratual



Aulas 4 a 6 • Dias 29 a 31, das 14h às 18h

Professor: **Ricardo Alexandre Sampaio**

DECISÕES FUNDAMENTAIS DO PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

TR de acordo com a IN nº 81/2022

- Documentos e providências anteriores – ETP e gerenciamento de riscos
- Falta do ETP e os impactos na construção do TR
- Falta e falha do TR e suas consequências
- TR digital e seu conteúdo
- Dispensa de elaboração do TR
- Descrição do objeto e encargo considerando o ciclo de vida indicado no ETP
- Manutenção e assistência técnica
- Quantificação do objeto
- Pesquisa e estimativa de preços no TR e os levantamentos realizados no ETP
 - Estimativa, pesquisa e levantamento dos preços no mercado – Procedimento da IN Seges/ME nº 65/2021
 - Fontes de pesquisa
 - Quantas pesquisas (cotações) devem ser realizadas?
 - Prazo do orçamento
 - Definição dos preços estimado e máximo: média, mediana ou menor valor
 - Memoriais de cálculo que devem ser juntadas ao processo
 - Discrepância nos orçamentos obtidos – Procedimentos e cautelas
 - Atualização dos preços pesquisados
 - Formalização da pesquisa de preços
 - Pesquisa de preços no ETP e no TR

- Contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra – Elaboração da planilha de custos e formação de preços
- Definição de critérios de aceitabilidade do preço
 - Definição dos preços estimado e máximo
 - Definição dos valores máximos unitários e global
 - Preço excessivo e preço inexequível
- Divulgação dos valores estimado e máximo no edital – Orçamento sigiloso
- Regimes de execução na compra de bens e contratação de serviços
- Modelo de execução do objeto
 - Definição da dinâmica do contrato
 - Modelo de ordem de execução
- Modelos de gestão do contrato e o instrumento de medição de resultados (IMR)
- Conteúdo das propostas – Descrição técnica – O que deve constar na proposta do licitante, a possibilidade de realização de diligências no julgamento e o saneamento de falhas
- Definição do procedimento – Licitação ou contratação direta
- Definição da modalidade de licitação, do critério de julgamento e dos modos de disputa
- Cabimento e vantagens do Sistema de Registro de Preços
- Definição dos documentos de habilitação
 - Vedações de ordem pessoal
 - Exigências de regularidade jurídica
 - Exigências de regularidades fiscal, social e trabalhista
 - Exigências de capacidade técnica
 - Exigências de capacidade financeira
 - Trabalho do menor
 - Forma de comprovação das condições exigidas

- Critérios de preferência e aplicação do regime da Lei Complementar nº 123/2006 para microempresa e empresa de pequeno porte
- Critérios de desempate
- Definição de condições específicas para a execução do contrato
 - Prazo de execução, prazo de vigência e prorrogação
 - Local de entrega
 - Recebimentos provisório e definitivo
 - Condições de pagamento
 - Garantia contratual
 - Revisão, reajuste e repactuação
 - Sanções administrativas
- Diretrizes específicas para os contratos com dedicação exclusiva de mão de obra:
 - Fiscalização administrativa – Acompanhamento do cumprimento dos direitos trabalhistas dos empregados
 - Retenção/glosa de pagamento e pagamento direto aos empregados

Investimento

R\$ **3.930,00**

por participante

Ebook: Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública

Apostila digital específica do curso

Certificado



Certificação Zênite:

qualidade e excelência garantida.

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A., CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas abaixo:

Banco do Brasil | Ag.: 3041-4 | Cc: 84229-X

Banco Bradesco | Ag.: 5723 | Cc: 0766622-5

Caixa Econômica | Ag.: 1525-3 | Cc: 1566-2

Banco Itaú | Ag.: 3833 | Cc: 63040-7

Banco Santander | Ag.: 3837 | Cc: 130017258

Observação: Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

Boleto / Transferência bancária / Depósito / Pix



Importante

O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay, para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorridos os 7 dias do replay, serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do participante, que são individuais e intransferíveis.

Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada.

É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.

A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou ainda reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).



Questões técnicas

Para o bom funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

Computador: Processador i3 3Ghz Dual Core / 4GB RAM - Internet de 10Mbps - Browser: Recomenda-se utilizar o Chrome, Edge, Opera ou Safari. Evitar o Explorer - Banda ideal: Inbound participante: 3 Mbps

Para o acesso à plataforma do curso é necessário que a rede (privativa ou corporativa) tenha liberada a reprodução de Mídias streaming e permita acesso aos domínios: <https://zeniteonline.com.br>; [*.pluz.app](https://pluz.app); <https://player.vimeo.com>; *.vimeo.com; *.vimeocdn.com;

Importante: Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.

